

**LUTA PELA LIBERTAÇÃO COLONIAL E GUERRA CIVIL EM ANGOLA:
ANTAGONISMO E NACIONALISMO REVISITADOS**

**LUCHA POR LA LIBERACIÓN COLONIAL Y GUERRA CIVIL EN ANGOLA:
ANTAGONISMO Y NACIONALISMO REVISITADOS**

Recebido em: 31/10/2023

Aceito em: 27/12/2023

César Luciano Filomena¹ 

Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

Cibele Cheron² 

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo: As trajetórias das nações-estado se vinculam ao processo histórico de formação da consciência nacional em um território. Como tema, nacionalismo é pertencimento a uma comunidade imaginada. Na África, os movimentos de luta pela libertação colonial foram mais recentes. Aconteceram sob o signo da Guerra-Fria, onde o histórico-cultural comum dos povos locais serviu como articulador do nacionalismo contra o colonizador. No entanto, isso não foi suficiente para superar divergências étnico-políticas locais que se reproduziram em antagonismos políticos que se estenderam para além da independência. Esse foi o caso de Angola, nação-estado de língua portuguesa mais importante do continente africano. A pesquisa foca na constituição do nacionalismo como elemento promotor da nação-estado de Angola. Nela é feita uma análise do processo histórico de formação nacional desde o período pré-colonial no século XIII, passando pela libertação de Portugal em 1974, chegando à pacificação da nação após anos de guerra civil já no século XXI. Conclui que a pacificação angolana não resultou ainda nos avanços socioeconômicos necessários ao país e, tampouco, possibilitou a formação de uma sociedade civil e a institucionalidade do regime democrático. O que permaneceu foi a ideia de nação sob a hegemonia dos governos do MPLA mediante o domínio que exerce sobre as outras forças políticas internas.

Palavras-chave: Angola; MPLA; Libertação Colonial; Nacionalismo; Guerra Civil; Antagonismo.

Resumen: Las trayectorias de los estados-nación están vinculadas al proceso histórico de formación de la conciencia nacional en un territorio. Como tema, el nacionalismo es el sentido de pertenencia a una comunidad imaginada. En África, los movimientos de lucha por la liberación colonial fueron más recientes. Ocurrieron bajo el signo de la Guerra Fría, donde el contexto histórico-cultural común de los pueblos locales sirvió como articulador del nacionalismo contra el colonizador. Sin embargo, esto no fue suficiente para superar las divergencias étnico-políticas locales que se reprodujeron en antagonismos políticos que se extendieron más allá de la independencia. Este fue el caso de Angola, el estado-nación de habla portuguesa más importante del continente africano. La investigación se centra en la constitución del nacionalismo como elemento promotor del estado-nación de Angola. Se realiza un análisis del proceso histórico de formación nacional desde el período precolonial en el siglo XIII, pasando por la liberación de Portugal en 1974, y llegando a la pacificación de la nación después de años de guerra civil ya en el siglo XXI. Se concluye que la pacificación angoleña aún no ha resultado en los avances socioeconómicos necesarios para el país, ni ha permitido la formación de una sociedad

¹ Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UNIPAMPA (PPGPP). Auditor do Controle Externo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS). Doutor em Ciência Política UFRGS (2015), Mestre em Ciências Sociais PUCRS (2006), Engenheiro Civil UFRGS (1990) e Bacharel em Ciências Sociais UFRGS (2016). E-mails: cesarluicianofilomena@gmail.com; clfilomena@tce.rs.gov.br; cesarfilomena@unipampa.edu.br

² Professora Adjunta do Departamento de Ciência Política e Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais (UFRGS, 2002), Mestra em Ciências Sociais (PUCRS, 2006), Doutora em Ciência Política (UFRGS, 2015). E-mail: cibeledcheron@ufrgs.br

civil y la institucionalidad del régimen democrático. Lo que ha permanecido es la idea de nación bajo la hegemonía de los gobiernos del MPLA a través del dominio que ejerce sobre las demás fuerzas políticas internas.

Palabras clave: Angola; MPLA; Liberación Colonial; Nacionalismo; Guerra Civil; Antagonismo.

INTRODUÇÃO

Os movimentos de libertação das nações-estado africanas contra dominação colonial foram impulsionados no pós-Segunda Guerra Mundial. Sob o signo da Guerra-Fria³, entre a segunda metade dos anos de 1950 e início dos anos de 1960, colônias europeias como a Argélia, o Marrocos, a Nigéria, o Congo e o Congo Belga conquistaram sua independência. As províncias ultramarinas portuguesas⁴ iniciaram suas lutas de libertação no mesmo período, porém, só conquistaram a independência após mais de uma década de enfrentamentos com Portugal, como foi o caso de Angola.

País de língua portuguesa localizado na África Austral com área de 1.246.700 Km² (sexta maior do continente), desde o tempo colonial Angola mantém estreitos laços histórico-culturais com o Brasil. Contemporaneamente, com uma população aproximada de 35,5 milhões de habitantes e com um PIB de US\$ 106,8 bilhões em 2022⁵, figura faz anos entre as dez maiores economias da África e é uma nação importante para geopolítica do continente. Desperta a atenção mundial, em especial pelo potencial de crescimento que dispõe com suas reservas minerais e com as boas condições de solo e de clima nos seus territórios.

Em contrapartida, se hoje consegue manter uma aparente estabilidade institucional, Angola seguiu uma trajetória até o início do século XXI de profundas divergências internas de ordem étnico-políticas, econômicas e de interesses estrangeiros em seus territórios, que resultaram em mais de 40 anos de estagnação, antagonismo extremo e guerra: de 1961 a 1975, na luta pela independência; e de 1975 a 2002, mergulhado numa infinda guerra-civil.

A partir do estudo do processo histórico de formação nacional, sob a ótica de nação como comunidade imaginada (consciência) proposta por Anderson (1989; 2008), analisamos o desenvolvimento das raízes culturais que resultaram na nacionalidade angolana. Para tanto, fazemos uma revisão histórica dividida em seis períodos, nos quais revisitamos as origens

³ Guerra-Fria: período de conflito ideológico e político entre capitalistas e socialistas, entre EUA e URSS, que inicia com o final da Segunda Guerra Mundial e a termina com o episódio da *queda do muro de Berlim* em 1989.

⁴ Angola, Guiné, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Macau, Estado da Índia e Timor eram as províncias ultramarinas de Portugal, cuja divisão administrativa foi feita pelo Estado Novo português no período de ditadura de António de Oliveira Salazar e de Marcello José das Neves Alves Caetano (1933-1974), segundo as divisões coloniais pré-existentes.

⁵ Produto Interno Bruto - PIB de US\$ 106,8 bilhões em 2022, segundo dados do World Bank (2024).

histórico-culturais e contextuais que, combinadas, resultaram na nacionalidade e na Nação-Estado de Angola. Origens que remetem ao sentimento inicial de comunidade imaginada no período colonial angolano no século XIX, no qual as bases de uma sociedade civil local foram fundadas em movimentos associativistas (culturais, cooperativos e mutualistas) que se estenderam ao século XX como ideal de cidadania: ideal colocado em segundo plano durante as lutas iniciadas nos anos de 1950 e 1960 de libertação de Portugal e, posteriormente, em nome da afirmação de um “partido-nação” (Pestana, 2003).

Com uma primeira já versão publicada, mantemos em larga medida a integralidade do texto e da pesquisa feita à época⁶. As mudanças feitas fazem parte de revisitas diante de atualizações bibliográficas, de fatos e de dados necessárias diante da trajetória da nação angolana passados 16 anos (2008 a 2024).

Primeiro, elaboramos uma breve narrativa do período pré-colonial português levando em conta o ciclo do *Congo* e o de *Kuanza* entre o século XIII e o ano de 1575, quando Paulo Dias de Novais funda a localidade de *Luanda* (hoje capital de Angola). Em seguida vamos descrever brevemente o período inicial de colonização entre a fundação de *Luanda* (1575) e a conquista, pelos portugueses, do centro de resistência de *Mpungu-a-Ndongo* (1671), período no qual surgem heróis da resistência à colonização como a rainha Java. O terceiro período é de expansão das fronteiras coloniais, iniciado em 1671, e que se estende em direção ao Leste e ao Sul até o ano 1896. O quarto é o período de desenvolvimento da colônia, iniciado ao final do século XIX e que vai até 1940. O quinto é o período no qual surge, entre os angolanos, o sentimento de comunidade imaginada, que dá origem aos movimentos nacionalistas de libertação e o início da luta armada contra o domínio português, em 1961. O sexto é o período de guerras pela libertação em Angola, e a proclamação da liberdade em 1975. O sétimo e último vai de 1975 até 2002, quando o país enfrenta 27 anos de guerra civil, polarizada por dois grupos políticos rivais: Movimento Popular de Libertação de Angola – MPLA e União Nacional para a Independência Total de Angola – UNITA.

PERÍODO PRÉ-COLONIAL

⁶ A primeira versão da presente pesquisa foi apresentada no *III Seminário Internacional Organizações e sociedades: Inovações e transformações contemporâneas* realizado no ano de 2008 na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). A versão consta nos anais do seminário (vide Filomena; Cheron, 2008).

Os relatos do período pré-colonial têm início no século XIII. Naquele período, na região do Congo, na parte norte de Angola, já existiam reinos com organização social, moeda e tradição sucessória. A população vivia na comunidade aldeã denominada *sanzala* ou *mbanza*, onde a propriedade era comunitária. Havia comércio dos produtos excedentes. Os aristocratas se chamavam *Manis*, cobravam impostos do povo e comandavam a administração provincial, prestando contas ao rei. O sistema matrimonial era poligâmico, com o dono da casa podendo ter várias companheiras (Centro de Estudos Angolanos, 1965).

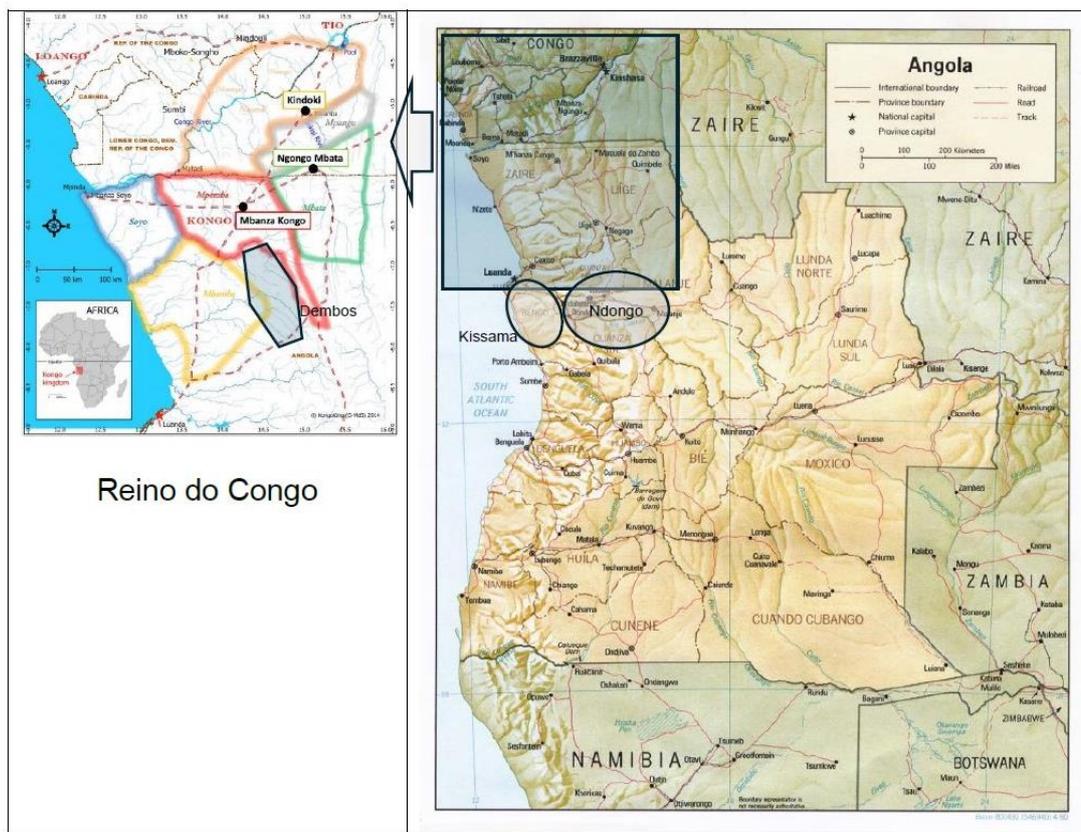
O Reino do Congo estava dividido em seis províncias: *Mpemba* (central e onde ficava a corte do rei), *Soyo*, *Mbamba*, *Mbata*, *Nsundi* e *Mpanzu*. Existia, ainda, ao Sul do Congo, os *sobas*⁷ de *Dembo*, que pertenciam à família real do Congo. O sistema sucessório era matrilinear, cabendo a sucessão real ao irmão ou ao sobrinho do rei.

Mais ao Sul, formado no século XIV, existia o Reino de *Ndongo* (ou *Ngola*), com relações sociais semelhantes às do Congo. Esse reinado pagava tributos para o Reino do Congo, e as características de propriedade comunitária eram comparativamente mais fortes. Também ao Sul havia os estados independentes de *Kissama*, que não pagavam tributos ao Congo e contra ele se insurgiam.

A figura 1 ilustra a disposição espacial das províncias que existiam no Reino do Congo ao longo dos séculos XIII, XIV e parte de XV que ocupavam com seus territórios a parte noroeste do território atual de Angola, parte do Congo e da República Democrática do Congo. A mesma figura indica onde eram os territórios Dembo, do Reino de Ndongo (Ngola) e dos insurgentes de Kissama.

Figura 01 - Territoriais do Reino do Congo e outros reinos nos séculos XIII, XIV e XV.

⁷ Autoridades tradicionais angolanas, chefes tribais.



Fonte: Elaborado pelos autores com base em Tsoupra et al. (2022), Centro de Estudos Angolanos (1965) e Angola (2024).

Os portugueses chegam ao Congo liderados por Diogo Cão em 1482. Sem sucesso no primeiro momento, só conseguiram avanços junto aos congoleses dois anos após (1484), quando Diogo Cão estabelece acordos com parte dos *Manis* aos convertê-los ao catolicismo. Convertido, o Rei do Congo assume a denominação de D. João I, se alinha e se sujeita às diretrizes de Portugal, garantindo para si contrapartidas que permitem a ele obter ganhos e armas que mantêm seu domínio sobre territórios e outros povos aliados ou adversários.

Trata-se de estratégia pré-colonial portuguesa de comprometimento com lideranças locais de eficácia comprovada que, como diz Gellner (1997), já era utilizada com sucesso por outras potências coloniais com o intuito de minimizarem os riscos de insucesso nas negociações feitas com lideranças tribais nômades muçulmanas, diante dos frequentes incentivos que elas recebiam para traírem seus parceiros de negócio.

Ilustra o sucesso da estratégia portuguesa o apoio emprestado ao filho de D. João I, D. Afonso (Mbemba Nzinga), para que este assumisse o trono do Reino quando da morte do pai (1506). Isso significou um rompimento para com o costume de sucessão matrilinear, mesmo

tendo D. João I tenha em vida abdicado do catolicismo por pressão de outros *Manis*, que não viam com bons olhos a aproximação com os portugueses. Seu sucessor não poderia, portanto, ser seu filho D. Afonso.

No entanto, D. Afonso, convertido ao catolicismo, toma o trono com apoio dos portugueses, rompendo com a tradição e permitindo, em contrapartida, que aumentasse o negócio da escravatura (venda de “peças”), garantidas pelas guerras *Kuata! Kuata!*⁸. A religião católica tornava-se então obrigatória no Reino do Congo. Os reis que sucederam a D. Afonso também romperam com a tradição sucessória matrilinear. Primeiro com D. Diogo, neto de D. Afonso; depois, com o filho de D. Diogo, D. Afonso II.

Aproveitando um período de fragilidade de D. Diogo, em 1556 *Ngola Kiluanje* – Rei de *Ndongo* (ou *Ngola*) – proclama a independência do seu reino do domínio congolês. Este nunca nutriu relações com os portugueses: sempre os enfrentou, aprisionando-os. Em 1574, os portugueses, após um longo período de domínio no Congo, foram expulsos. Contudo, não tardaram voltar. O capitão português Paulo Dias de Novais desembarcou em Luanda em 1575 e fundou o povoado de mesmo nome, nas terras de *Ngola Kiluanje*, dando início ao período colonial (Centro de Estudos Angolanos, 1965).

IDADE COLONIAL

O período colonial inicia com a resistência dos reinos ao colonizador Novais. Essa resistência uniu, sob a liderança de *Ngola Kiluanje* os reinos de *Ndongo*, seus vizinhos localizados no território à leste – os *Jagas* da *Matamba* – e o Congo: resistência em coligação que durou de 1590 a 1600, quando a aliança se desfez.

Nesse período, as primeiras vilas se consolidam, principalmente por força do comércio de “peças⁹” e de marfim. Surgem, para além dos portugueses, duas classes de comerciantes: o dos “pombeiros calçados”, comerciantes brancos (crioulos), mulatos (pardos) ou negros, assimilados aos costumes portugueses, que faziam a intermediação entre os negócios com estrangeiros e com Portugal com os “pombeiros descalços”, comerciantes das localidades

⁸ Guerras *Kuata! Kuata!* eram jornadas de captura de escravos nas quais os portugueses (como também franceses), apoiados por aliados africanos ou financiando-os, aprisionavam tribos ou indivíduos negros, fazendo destas “peças” para o negócio do tráfico de seres humanos. Portugueses, franceses e mercadores por vezes financiavam guerras tribais para terem o privilégio de negociar os “produtos” dessas guerras.

⁹ “Peças” significam, para o período, escravos.

interioranas da colônia que vendiam para os “pombeiros calçados” os produtos que obtinham nas expedições (Centro de Estudos Angolanos, 1965).

Em 1635, tem início um novo período de resistência aos portugueses, com a segunda coligação¹⁰, que reunia os povos dos territórios de *Matamba*, *Ndongo*, *Kassanje*¹¹, *Congo*, *Dembo* e *Kissama*. A segunda coligação chegou a aliar-se aos holandeses em troca de armas, numa frente antiportuguesa que iniciou em 1641.

De 1641 a 1648, os holandeses invadiram os portos de Angola, incluindo Luanda e Benguela, ao Sul. O controle holandês no período dificultou o tráfico de escravos para o Brasil, interrompendo esse comércio, indispensável para a garantia de mão-de-obra para as lavouras extensivas de cana-de-açúcar. Naquela época quase todo o comércio feito por Angola passava pelo Brasil, sendo grande a influência desta colônia sobre primeira. Não era permitida a Angola a venda de produtos que tinha em abundância para o Brasil e outras colônias, dentre eles o sal. Com relação a esse produto, Angola era inclusive penalizada ao ser obrigada a comprar o sal de Portugal, sobretaxado com impostos.

Em 1648, conforme Pinheiro (1961) uma esquadra brasileira com mil homens, financiada por Portugal, expulsa os holandeses sob o comando de Salvador Correia de Sá. Angola se transforma em colônia do Brasil, mesmo sem deixar de pertencer a Portugal, devido à influência dirigente dos brasileiros na região (Centro de Estudos Angolanos, 1965).

Os colonos portugueses, alguns já crioulos, além dos habitantes de Luanda se revoltaram com a administração brasileira. Em 1667 é expulso o governo brasileiro. Assume o governo de Angola o Senado da Câmara, constituído por militares, comerciantes e funcionários públicos, apoiados pelos rebeldes. Esse foi o primeiro momento que se aproximou de uma revolta em prol da independência (no caso, maior autonomia) da Colônia.

O Senado comandou os rumos de Angola entre 1667 e 1669, privilegiando o comércio num ambiente sem esforços de guerra, mas acabou cedendo às recomendações da coroa portuguesa e aceitando a indicação do governador Francisco da Távora. O governador empossado, por seu tento, fez concessões aos comerciantes revoltados e promulgou a Primeira Carta Orgânica da Colônia, que determinava como seriam as relações entre os colonos, os comerciantes e a Metrópole (Portugal).

¹⁰ Liderada pela Princesa N’Jinga Mbandi, irmã de *Ngola Mbambi*, que se transformou em um dos grandes personagens da história angolana, personificando a luta de resistência ao colonizador, luta que persiste até 1647.

¹¹ Território atravessado pelo Rio *Kawango* localizado à leste vizinho aos territórios de *Matamba* e *Ndongo*.

Porém, as concessões e conquistas (especialmente de *Matamba* e *Ndongo*), não impediram que, em 1671, surgisse outra revolta. Dessa vez dos pombeiros de *Massangano* (região litorânea localizada no leste de Luanda), que pretendiam matar os representantes da dominação portuguesa e brasileira: os militares, o clero e as autoridades. Essa revolta, que foi abafada, talvez seja a primeira insurreição com intuito de liberdade. O certo é que nesse período o processo de formação de uma consciência nacionalista não existia. No máximo, essa revolta demonstrou que, entre os pombeiros, estava sendo criada uma identidade de classe, voluntarista e incipiente.

Angola, apesar das revoltas, continuou dependendo economicamente do negócio de “peças”, que fazia sob o controle do Brasil, e fechada para o comércio e para o desenvolvimento, servindo aos interesses da Metrópole (Centro de Estudos de Angolanos, 1965).

DESENVOLVIMENTO DA COLÔNIA (1671- 1896)

Mesmo com a melhora das condições coloniais para Portugal na região, os colonizadores ainda precisaram enfrentar outras revoltas dos povos nativos.

Seu principal adversário no período foi o povo de *Matamba*, que desenvolveu e encabeçou o Ciclo de *Kuango*, junto a *Kassange*, com privilégio de comércio com os franceses através da rota de *Loango*, empreendendo um último esforço de resistência dos Reinos próximos a Luanda ao domínio português. Em 1783, vendo o decréscimo no negócio legal de “peças”, e após a derrota que sofreram para os franceses na região de *Cabinda*, no Norte de Angola, sob a influência das idéias de Souza Coutinho¹², os portugueses passaram a privilegiar o desenvolvimento de uma economia de produção em substituição à mercantil na colônia (Centro de Estudos de Angolanos, 1965).

Os esforços portugueses para dominar integralmente *Kuango* só se encerrariam em 1915, após o fim da rota comercial de *Loango*, o desenvolvimento da produção da borracha pelos *Ovimbundos*¹³, pelo interesse e o avanço do domínio produtivo português para o Leste, para o Sul e para o planalto. O ciclo de *Matamba*, a Sudeste da região do Reino do Congo, foi dominado definitivamente em 1915, e o de *Ambó*, na região de divisa com a Namíbia, em

¹² Francisco Inocêncio de Souza Coutinho – governador da colônia entre 1764 e 1772.

¹³ Ovimbundos – povo que foi considerado como o dos maiores comerciantes da África Negra, comparáveis aos árabes de Zanzibar, que habitavam a região centro-sudeste de Angola onde fica o planalto de Bié.

1917. Os ciclos de *Kuando-Kubango* no Sul e de *Lunda*¹⁴ no Leste foram dominados pelos portugueses, respectivamente, em 1915 e em 1920.

O desenvolvimento colonial de Angola, cumpre ressaltar, vai além da ampliação das fronteiras e tem outras causas. A mudança da relação Brasil-Angola é a mais importante delas.

A independência do Brasil de Portugal, em 1822, complicou o comércio triangular Angola – Brasil – Portugal, cujo modo de operação era mantido desde 1575. A influência política brasileira sobre Angola ficou praticamente extinta após o acordo firmado entre Brasil e Portugal, que colocava a Colônia africana integralmente sobre o domínio português. Luanda e Benguela que representavam, respectivamente, o terceiro e o sexto maiores portos importadores de produtos do Rio de Janeiro, na metade do século XIX praticamente deixaram de receber produtos do Brasil.

A crescente repressão ao comércio de escravos, e as iniciativas de Souza Coutinho na segunda metade do século XVIII fizeram com que, em 1830, a economia angolana desse um grande salto em direção ao desenvolvimento de uma economia de produção. A abolição do tráfico de escravos – iniciada em 1836, definitivamente em 1870 – através de um acordo firmado entre Inglaterra e Portugal, com apoio da burguesia industrial portuguesa, pela burguesia angolana e pelos povos de Angola, somada à abertura dos portos angolanos para as nações estrangeiras, em 1844, fortaleceu o desenvolvimento dos produtos locais. A Inglaterra incentivou que na Colônia portuguesa fosse produzido algodão para sua indústria têxtil (Centro de Estudos de Angolanos, 1965).

Em 1850, eram exportados de Luanda produtos como óleo de palma, óleo de amendoim, cera, goma copal, madeiras, marfim, algodão, café e cacau. A partir de 1869, também a borracha.

As condições para mudanças sociais na colônia estavam postas, nesse período. Destaca-se que a população de brancos era significativa somente em Luanda (aproximadamente um quinto da população da cidade), a maioria da população era de negros, seguida pela de mestiços. Parte dos negros ainda eram escravos; outros, já libertos, eram mão-de-obra assalariada; e uma parte menor, a de negros “calçados”, exercia atividades

¹⁴ O Reino Lunda foi desmembrado entre portugueses, belgas e ingleses em 1891. Segundo Freudenthal (2001), a completa ocupação da região pelos portugueses só se encerraria em 1927. Hoje são duas províncias – Lunda do Norte e Lunda do Sul – localizadas no nordeste de Angola.

comerciais. Além das atividades descritas, existiam as classes ligadas às administrações civil e militar da colônia, estas majoritariamente formadas por descendentes de colonos e de comerciantes ricos que formavam a burguesia local.

Em 1855, surge em Angola o jornal *A Aurora*, um ano antes da promulgação da liberdade de imprensa: triunfo da burguesia angolana mais culta, constituída de negros, mestiços e alguns brancos (crioulos). Mais tarde, surgem outros jornais e revistas, como *A Civilização da África Portuguesa* (1855), que atacava a venda de escravos e defendia o interesse da burguesia crioula. Em 1882, é lançado o primeiro jornal dirigido por africanos, chamado *O Futuro de Angola*, escrito em *kimbundo* (língua dos povos de Luanda) e português. Na mesma linha, surgem o *Pharol do Povo* e o *Muen exi* (Centro de Estudos de Angolanos, 1965).

Freudenthal (2001), ao discutir a repercussão que teve o episódio do Ultimato¹⁵, diz que para os administradores da colônia portuguesa o jornal o *Pharol do Povo*, do republicano Arantes Braga, pregava o “ódio de raça” pelo fato de afirmar a necessidade da formação de uma pátria angolana. Segundo a autora, o episódio, visto sob a ótica dos discursos dos diversos jornais da época, foi um assunto de relevada importância que contribuiu para acirrar o sentimento de pátria (de nação), o qual se desenvolvia entre a elite cultural burguesa dos crioulos angolanos. Este sentimento de pátria e de indignação frente ao colonizador (a Metrópole) aparece nos escritos e poemas da época, como os de Cordeiro da Matta.

O surgimento da imprensa angolana em 1855, mas principalmente a expansão do mercado editorial, transposto para o debate temático, veiculados nos jornais pelos discursos, como exposto no trabalho de Freudenthal (2001), mudou, para os angolanos, o sentido de simultaneidade transversal de tempo. Para além da coincidência dos fatos dispostos no calendário, os angolanos, através do debate que faziam na imprensa, também criavam uma consciência da sua realidade, ligando esta a outros acontecimentos concomitantes no mundo.

O sentimento de uma nacionalidade angolana começava a ser criado entre a burguesia local, mesmo que, nesse momento, não se exigisse a independência. Essa forma de constituição de nacionalidade tem traços que a aproximam muito do processo de formação das nações na América e do que, no futuro, viria consolidar, entre os angolanos, conforme a visão

¹⁵ O Ultimato em 1890 foi um episódio de conflito de interesses entre a Inglaterra e Portugal, no qual o primeiro país intimava o segundo para que acertassem os limites territoriais imperiais africanos, sob pena de enfrentamentos e sanções. Portugal, então se vê obrigado a ceder espaços em Moçambique sob pena de perder parte substancial da colônia de Angola (Freudenthal, 2001).

epistemológica defendida por Anderson (1989), a ideia de consciência nacional por meio de uma comunidade politicamente imaginada.

O ano de 1896, mais do que inaugurar um novo período de controle de Portugal na Colônia, tendo em vista a ocupação definitiva da região do Planalto habitado pelo *Ovimbundos*, também foi importante para que se inaugurassem:

[...] novas tendências literárias que procuraram lutar contra a ignorância dos povos, contra o estado de subordinação da mulher, contra o trabalho forçado [...] falavam de uma pátria angolana, embora não falassem de independência. (Centro de Estudos de Angolanos, 1965, p. 118).

O período seguinte é o de consolidação dos domínios portugueses em Angola, com a demarcação definitiva das fronteiras e a completa desconstituição dos Reinos existentes no território da colônia.

DESENVOLVIMENTO DA COLÔNIA E CONSOLIDAÇÃO DAS FRONTEIRAS ATÉ 1940

O período colonial, iniciado em 1896, teve como traço marcante a consolidação territorial de Angola. Portugal precisou vencer a resistência dos reinos independentes do Leste, do Sudeste e do Sul, em jornadas intensas de enfrentamento que perduraram até o ano de 1920, como descrito na seção anterior, mas finalizadas de fato somente em 1940¹⁶. Também foi um período de investimentos em infraestrutura, com o intuito de fortalecer o comércio e o transporte dos produtos locais e para controlar as áreas anexadas à Colônia.

Os acontecimentos mais importantes, porém, estão estreitamente ligados às intensas mudanças políticas ocorridas na Europa e, principalmente, na Metrópole, Portugal. Essas mudanças influenciaram o modo como Portugal dirigiu suas colônias ultramarinas.

Em 1899, foi abolido o trabalho escravo em Angola. Em contrapartida, criou-se, no seu lugar, o “Trabalho Corretivo”: modalidade de trabalhos forçados como punição por delitos cometidos e como forma de garantir mão-de-obra para a agricultura crescente e para o transporte da borracha.

¹⁶ A consolidação do domínio de Portugal sobre o território de Angola só foi consolidada em 1940 com fim da revolta de *Kubal* (Centro de Estudos de Angolanos, 1965).

Mutu ia Kevela lidera, em 1902, a revolta de *Bailundo* na Província de *Huambo*, que se estendeu por todo o interior de Angola. Essa revolta, reconhecida pelos historiadores como uma das mais importantes contra o colonialismo africano, paralisou totalmente o recrutamento de pessoas no planalto angolano e o comércio. Os colonialistas para controlarem a revolta foram obrigados a enviar tropas, mas precisaram da ajuda das missões católicas e protestantes para dominar a situação (Centro de Estudos de Angolanos, 1965).

Em 1906, foi criada a taxa de trabalho, o que dificultava a vida dos camponeses e dos homens livres africanos, que, para não serem sobretaxados, precisavam buscar o trabalho assalariado. No ano seguinte, com a perda de mercado para o comércio da borracha, Portugal incentivou a cultura do algodão para atender a demanda da Inglaterra, tornando-a obrigatória em alguns locais da colônia.

O sistema político de Portugal, em 1910, tornou-se o republicano. O governo da república liberalizou as relações de trabalho, definitivamente eliminando a escravidão em Angola e colocando o trabalho “contratado” em seu lugar. Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o governo de Portugal agiu de modo imperialista nos territórios africanos, mas não ficou isento às conseqüências da guerra. Em 1921, a moeda portuguesa foi desvalorizada, o que gerou danos ao comércio das colônias africanas (Centro de Estudos de Angolanos, 1965).

Após o ciclo da borracha, a Colônia se volta para a cultura do café, produto que se torna a maior fonte de divisas para Angola. Essa cultura era controlada por apenas quatro companhias no território. Outras culturas indispensáveis e menos lucrativas, como a do milho e da mandioca, eram entregues para os povos africanos, obrigados a plantá-las na região do planalto de Bié.

O golpe de Estado de 1926 em Portugal, a partir de 1933 resultou no Estado Novo de Antônio Salazar. As políticas de Salazar para as colônias ultramarinas portuguesas implicaram em investimentos na infraestrutura e no incentivo à ocupação delas pelos Portugueses. De 1900 a 1930 a população branca tinha subido de 9.000 para 30.000 pessoas em Angola. Isso, no entanto, era apenas o início da crescente influência dos portugueses capitaneados pelo governo autoritário da Metrópole em Angola.

A conseqüência direta da “invasão” de brancos em Angola na primeira metade do Século XX foi o enfraquecimento da burguesia crioula e local. Isso veio em prejuízo à difusão

do sentimento nacionalista na colônia então em construção. A reação na sociedade colonial foi a do fomento ao sentimento de antagonismo entre angolanos e portugueses, algo que se assemelhava à negação à coexistência entre diferentes no território, entre os dois grupos. Pinto (2004) aponta a negação das diferenças como um dos componentes basilares desse antagonismo:

*Se existe um grupo que, para se constituir como diferença nega o direito à existência de outros, esta diferença não pode ser aceita, porque se constitui na negação da diferença. Ele não é uma diferença. Ele é a negação da diferença. O grupo se coloca como adversário de todos os outros.*¹⁷(PINTO, 2004, p. 55).

A AFIRMAÇÃO DO NACIONALISMO ANGOLANO (1940-1961)

O governo de Portugal incentivou a emigração dos portugueses para as colônias ultramarinas. Em Angola a população branca salta de 30.000 em 1930 (44.000 em 1940) para 172.000 habitantes em 1960, durante o governo autoritário de Salazar em Portugal.

Com a alta dos preços do café¹⁸, o governo de Portugal criou incentivos para que os colonos portugueses incrementassem a produção desta cultura agrícola, facilitando o acesso destes às áreas mais produtivas do país, na região norte de Angola nos distritos do Congo, Zaire e Uíge. Para tanto, retiraram das terras os pequenos agricultores africanos da região, colocando-os como mão-de-obra à disposição dos grandes latifundiários e das companhias ligadas ao café.

Anos mais tarde na década de 1950, para disponibilizar as terras dos colonos portugueses para as companhias que exploravam a agricultura cafeeira, o regime autoritário da Metrópole sobretaxou a agricultura, obrigando-os a abandonar as terras que o próprio governo os havia incentivado a ocupar (Centro de Estudos de Angolanos, 1965). Esse novo cenário aproximou os interesses da burguesia crioula e local aos dos colonos portugueses, reduzindo o antagonismo entre eles. O processo de aproximação avançou.

Nos anos de 1950, colonos e crioulos passaram progressivamente a convergir opiniões críticas sobre a Metrópole, abrindo novamente o caminho para o fortalecimento do sentimento

¹⁷ O conjunto de grupos, para o caso, limitava-se a dois: angolanos e portugueses. Assim, não se concebia, naquele momento, a possibilidade de convivência entre ambos.

¹⁸ A onda de aumento na cotação do café começou em 1945. Isto fez com que o governo de Portugal reestruturasse a política de ocupação das terras agriculturáveis em Angola, substituindo o tradicional sistema de produção de pequenas propriedades de africanos pela monocultura extensiva cafeeira (Centro de Estudos de Angolanos, 1965).

de nação como comunidade politicamente imaginada, incorporando o antagonismo à política da Metrópole como elemento aglutinador das diferenças.

A cultura nacionalista angolana revistada se inspirou em vultos da sua história como as empreitadas de resistência de *Ngola Kiluanje*, da rainha *N'Jiga*, dos povos da *Kissama*. Combinou-se às revoltas dos pombeiros. Passou pelo surgimento da burguesia crioula e pelo nascimento do capitalismo editorial na segunda metade do século XIX, onde a simultaneidade de exposição das notícias deu margem para que os angolanos criassem um sentimento da existência de uma comunidade política imaginada. Poetas e escritores como Cordeiro da Matta deram contornos ao incipiente nacionalismo angolano. A revolta liderada por *Mutu ia Kevela* foi uma dura demonstração de insatisfação com a política da Metrópole para com os habitantes da colônia. A concepção do nacionalismo como forma de liberdade revolucionária da nação frente ao colonialismo português, contudo, fez parte de outro movimento iniciado antes dos fatos ocorridos ao final dos anos de 1950, que ganhou notoriedade e relevância nos anos de 1960.

Inicia em 1929 com a Liga Nacional Africana, que depois veio a se tornar a Associação dos Naturais de Angola (ANANGOLA). A ANANGOLA era orientada por um espírito de libertação do colonialismo e tinha uma tendência revolucionária. Diante das sanções impostas pelo regime autoritário de Salazar, seus membros foram obrigados a operar por anos na clandestinidade. Fomentaram nesse período escolas de alfabetização não-oficiais, onde incentivavam os alunos a empreenderem a luta pela independência angolana.

Mais tarde, surgiram duas revistas onde militantes da causa nacionalista podiam se expressar, mesmo com a censura imposta pelo regime de Salazar: a *Mensagem* em 1949 e a *Cultura* em 1957. No mundo, as críticas ao modo de exploração colonialista português passaram a ser noticiados (Centro de Estudos de Angolanos, 1965). Em Angola, palavras de ordem contra a Metrópole e em prol da independência ganhavam corpo seguindo três vertentes de movimento que até os dias recentes não convergiam a um acordo político-cultural não beligerante entre eles.

A primeira vertente originou-se em 1953 com o Partido da Luta dos Africanos de Angola (PLUA), que após a união a outros movimentos de independência criou o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) em 1956. Ao MPLA se uniu o Movimento para a Independência Nacional de Angola (MINA) (Centro de Estudos de Angolanos, 1965). A

história do MPLA tem estreita ligação com a do seu líder histórico o poeta e médico António Agostinho Neto¹⁹ e com a filosofia política marxista-leninista.

A segunda se formou nos distritos do Norte do país, onde a população era majoritariamente formada por angolanos congolezes. A União das Populações do Norte de Angola (UPNA) de 1954, mais tarde, em 1958, União das Populações de Angola (UPA), foi um movimento cultural de defesa e de ajuda mútua para os exilados congolezes de Angola. Fundada e a instalada em *Léopoldville (Kinshasa)*, na atual República Democrática do Congo, foi responsável por organizar politicamente no exílio a população da região do Norte da Colônia portuguesa. O Partido Democrático Angolano (PDA) de 1961 foi o sucessor de duas associações: a Associação dos Originários de Maquela do Zombo – ASSOMUZO, de 1956, em *Léopoldville*, e a Aliança dos Naturais do Zombo – ALIAZO, fundada em 1959.

A Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) resultou da união, em 1962, entre o PDA, cuja maior liderança era a de Emanuel Kunzika, e a UPA, liderada por Álvaro Holden Roberto, feita no exílio, no território da República Democrática do Congo, à época, Zaire. Essa união teve duas conseqüências imediatas: a formação do Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE), presidido por Álvaro Holden Roberto, e do Exército de Libertação Nacional de Angola (ELNA), apoiado pelo governo da então República do Congo (antigo Congo Belga) (Paredes, 2022). Segundo Agostinho (2011), a FNLA esteve preferencialmente alinhada aos países capitalistas nos processos de luta pela Independência de Portugal²⁰.

A partir da dissidência de Jonas Malheiro Savimbi da FNLA, surge em 1966 a terceira vertente significativa do nacionalismo angolano: a União Nacional para a

¹⁹ Agostinho Neto nasceu em 1922 na região de Icolo e Bengo, majoritariamente de etnia kimbundo, próxima a Luanda, filho de um pastor protestante. Nos anos de 1940 foi um dos mais proeminentes representantes da cultura nacionalista, que à época ganhava expressão em Angola. Foi em 1947 estudar medicina em Coimbra e depois, com uma bolsa concedida pela Igreja Metodista, continuou seus estudos em Lisboa. Entre 1947 e 1958, quando se formou, Agostinho Neto devido ao seu engajamento político foi preso por duas vezes em Portugal. A primeira foi em 1951 quando reunia assinaturas para a Conferência Mundial da Paz em Estocolmo. Após sair da prisão retomou suas atividades políticas na condição de representante da juventude das colônias portuguesas junto ao Movimento de Unidade Democrática (MUD juvenil), de oposição a Salazar, no qual o Partido Comunista Português (PCP) tinha a liderança. A segunda foi em 1955 quando a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), ligada ao regime autoritário de Salazar, o prendeu (Movimento Popular de Libertação de Angola/ORG). Nessa oportunidade ficou encarcerado por dois anos e quatro meses, tendo sido solto por conta da mobilização de intelectuais internacionais feita em defesa da sua liberdade, o que fez com que ganhasse notoriedade internacional. Concluiu seus estudos em 1958, ano em que foi um dos fundadores do Movimento Anticolonialista (MAC), que reunia representantes africanos de várias colônias. Voltou para Angola em 1959, quando começou a clinicar e a militar no MPLA, chefiando este no solo angolano (MPLA, 2024).

²⁰ No trabalho de Agostinho (2011) há a reprodução de entrevista concedida por Álvaro Holden Roberto publicada em 25 de abril de 1999 no periódico Diário de Notícias.

Independência Total de Angola (UNITA). Essa força revolucionária teve seus líderes treinados pelo exército da República Popular da China, que apoiou as iniciativas militares desse grupo até a independência de Angola, em 1975 (UNITA, 2024). A UNITA operava nas regiões do planalto e do Sul, junto à etnia *Ovimbundo*, a mais populosa de Angola.

Retomando a abordagem histórica para além das vertentes nacionalistas angolanas, havia em Angola uma insatisfação por parte dos indivíduos brancos nascidos no território (crioulos), frente ao crescimento da imigração promovida pelo governo de Portugal. Estes brancos, pertencentes a uma burguesia decadente, somaram-se aos movimentos nacionalistas que surgiram na década de 1950, melhorando a difusão desta ideia pelo território angolano.

A partir de 1958 começou a se falar, em Angola, de revolução armada, principalmente em Luanda. A Polícia Internacional e de Defesa do Estado – PIDE, então, recrudescer a repressão aos movimentos nacionalistas de independência. Em 1959, começaram as prisões em massa, sendo que, em 1960, Agostinho Neto foi preso. Manifestações se seguiram na região de Icolo e Bengo exigindo a libertação de Agostinho Neto. Trinta mortos e centenas de feridos resultaram da repressão às manifestações (Centro de Estudos de Angolanos, 1965).

O episódio da greve dos trabalhadores na plantação de algodão na Baixa *Kassange*, contra a companhia belga COTONAG, e a dura reação do exército português, que bombardeou a região com *napalm* matando milhares de pessoas no dia 4 de janeiro de 1961, serviram como estopim para o início da luta armada pela independência em relação à Metrópole (Centro de Estudos de Angolanos, 1965). Luta que iniciou em duas frentes, ainda em 1961: pela FNLA (ainda UPA) e por ações de guerrilha do MPLA. A partir de 1961, teve início os 41 anos de beligerância em Angola.

A LUTA PELA INDEPENDÊNCIA (1961-1975)

Em 1962, sob forte pressão, as autoridades do governo de Salazar soltaram Agostinho Neto. Este foi para o exílio em Portugal, mas retornou para *Léopoldville* onde o MPLA, assim como os outros partidos nacionalistas, tinha sede no exterior. Nesse ano, Agostinho Neto é eleito presidente do MPLA e, a partir de 1963, se lança numa jornada diplomática para fortalecer o movimento que presidia, angariando o apoio de lideranças revolucionárias pelo mundo. Alinha-se, por questões ideológicas e de logística de guerra, com o bloco da União Soviética.

A FNLA nas frentes Leste e Norte, apoiada pelo governo da República Democrática do Congo, combatia o exército português. A UNITA, a partir de 1966, ligada à China, combatia nas frentes Sudeste e Sul.

Os impactos das ações militares e da inteligência portuguesa pioraram as condições econômicas e de vida na Colônia, sob o ônus de endividamento da Metrópole. No ano de 1971, cerca 70.000 soldados (incluindo 10-15.000 africanos), mais 30.000 policiais e paramilitares defendiam os interesses coloniais portugueses. Nos enfrentamentos com os movimentos de libertação, a força militar da Metrópole utilizou armas de alta tecnologia e químicas, infiltrou espões nos grupos revolucionários, e lançou mão de técnicas de contraguerrilha e de ações táticas de interceptação e de destruição das rotas de abastecimento dos guerrilheiros, conforme Heywood (2000). Mesmo com o poderio bélico de Portugal, as três vertentes do nacionalismo angolano não uniram suas forças para combaterem em conjunto os portugueses. Cada uma delas interpreta à sua maneira o processo de independência do país²¹.

A FNLA alega ter, em diversos períodos, tentado uma aproximação com o MPLA, sem nunca atingir este tento. O momento em que relata ter chegado mais próximo dessa aproximação foi a tentativa de constituir o Conselho Supremo de Libertação de Angola (CSLA), tendo na presidência deste Álvaro Holden Roberto (FNLA) e na vice-presidência Agostinho Neto (MPLA). Essa experiência não foi exitosa (Agostinho, 2011).

Em março de 1974 os exércitos do regime de *apartheid* da África do Sul invadem uma parte da região do extremo Sul de Angola, sob o pretexto de capturar militantes da *South West Africa People's Organization* (SWAPO), que lutavam pela independência da Namíbia. O exército sul-africano manteve suas bases na região, construindo uma aliança estratégica com a UNITA, num sinal de direcionado antagonismo com o MPLA: conflito internacional que seria resolvido somente 19 anos depois (Heywood, 2000).

A *Revolução dos Cravos* em Portugal, no dia 25 de abril de 1974, pôs fim ao longo domínio do Estado Novo português e às *Guerras Ultramarinas*²². O MPLA, quase

²¹ Sobre as ações militares dos três movimentos de libertação – MPLA, FNLA e UNITA – Agostinho (2011) elabora uma detalhada descrição das ações de combate lideradas por cada uma das forças militares angolanas.

²² Guerras Ultramarinas: designação popularizada para a Guerra Colonial, Guerra do Ultramar (designação oficial portuguesa do conflito até 25 de Abril de 1974), ou Guerra de Libertação (designação mais utilizada pelos africanos independentistas), ao período de confrontos entre as Forças Armadas Portuguesas e as forças organizadas pelos movimentos de libertação das antigas províncias ultramarinas de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, entre 1961 e 1974.

imediatamente, assinou o cessar-fogo com Portugal. Caminho semelhante foi seguido pela FNLA no dia 11 de julho do ano de 1974 a bordo do Iate do presidente *Mobuto* do Zaire (antigo Congo Belga).

No dia 31 de janeiro de 1975, foi empossado o Governo de Transição de Angola com a presença de integrantes da UNITA, da FNLA e do MPLA, resultante do Acordo do Alvor (Paredes, 2022).

Agostinho Neto volta para Luanda no dia 4 de fevereiro de 1975, e é recebido por uma multidão que o ovaciona (MPLA, 2024). No dia 11 de novembro do mesmo ano, Agostinho Neto, apoiado pelos países comunistas ligados à União Soviética, com apoio direto do exército cubano e com reconhecimento de Portugal, declara a independência da República Popular de Angola e se torna o primeiro Presidente do país. O Brasil, à época governado por Ernesto Geisel, reconhece a independência de Angola, admitindo e legitimando o governo do MPLA, contrariando a opinião dos Estados Unidos da América (EUA) e dos representantes do regime de *apartheid* da África do Sul (Pinheiro, 2007).

O processo de consolidação da nacionalidade angolana passou a ser, então, o da luta pela hegemonia sociopolítica entre três forças antagônicas e beligerantes que no momento pós-independência passaram, sem dispor de pontos de opinião convergentes, a se enfrentar na condição de guerra-civil pelo controle do Estado de Angola. A independência de Angola passava a ter, como condicionante, a necessária vitória de um grupo político, em certa medida da etnia que representavam, e a conseqüente submissão dos demais a este²³.

A GUERRA CIVIL (1975-2002)

A UNITA e a FNLA no momento pós-independência permanecem em guerra contra o governo do MPLA, que, em 1977, muda sua denominação para MPLA – Partido do Trabalho. A situação de beligerância – de guerra civil – foi agravada com a morte de Agostinho Neto no dia 10 de setembro de 1979 em Moscou. Assume a presidência José Eduardo dos Santos, dando continuidade ao governo de Agostinho Neto e do MPLA.

A UNITA, liderada por Jonas Malheiro Savimbi, aproveita o não reconhecimento estadunidense da independência de Angola e a Guerra Fria entre a Organização do Tratado do

²³ Dentre os três movimentos, o bem-sucedido (o vencedor) foi o MPLA. Assim, como a história oficial é contada por quem vence, há uma narrativa que tende seguir as versões do partido hegemônico desde a libertação em Angola.

Atlântico Norte (OTAN) e o Pacto de Varsóvia, para conquistar o apoio dos EUA para seus exércitos na manutenção da guerra civil. A UNITA manteve sob o seu domínio as regiões do planalto e parte do Sudeste de Angola, onde estão localizadas as reservas de diamantes, apoiada pelo exército do Regime do Apartheid Sul-Africano.

A sangrenta guerra civil é traduzida no extremo antagonismo, através da idéia de lutas populares e da formação de dois campos políticos, como afirmam Laclau e Mouffe (2004), entre o governo marxista-leninista do MPLA contra as frentes da UNITA e da FNLA. Tal luta destrói a infraestrutura de Angola, sua estrutura socioeconômica e administrativa, retira milhares de pessoas das suas terras, deixando grande parte da população desalojada. A FNLA, acusando a intervenção estadunidense e européia, mais os interesses do Zaire e da África do Sul na região, segundo ela, fatores de internacionalização do conflito entre as três forças políticas, desiste da luta armada em 1985 (Paredes, 2011). Esse episódio talvez tenha sido o da primeira sinalização de resolução pacífica dos conflitos. No entanto, é importante destacar que, ao manifestar-se contra a internacionalização do conflito interno, a FNLA deixou latente que sua proposta nacionalista não tinha respaldo internacional, o que lhe inviabilizava a obtenção de fontes externas de financiamento e a sua sustentação econômica para permanecer na guerra civil.

O que houve, em parte, nesse período da guerra civil, foi um recrudescimento do alinhamento das forças do governo do MPLA com o bloco socialista e da UNITA com a África do Sul e EUA. Em certa medida, a cooptação externa e a necessidade dos grupos beligerantes em manter seus integrantes se assemelha à relação constituída pelos portugueses com os *Manis* congolezes quando no período pré-colonial, e os conflitos que essa relação produziu: algo próximo do que Gellner (1993) constatou nos estudos sobre tribos e Estados no Oriente Médio.

Heywood (2000), porém, destaca que também as relações do MPLA com a etnia *Kimbundo* e da UNITA com a *Ovimbundo* foram fatores complicadores da construção da unidade nacional em Angola. Se a questão fosse simplesmente a de alinhamento político, não existiriam razões para apelar para o enfrentamento armado, já que FNLA, UNITA e MPLA reivindicavam ser socialistas quando da obtenção da independência de Angola. Sendo assim, bastaria um acerto político entre as partes, pois a condução econômica seria convergente. Se

assim fosse, qual seria então a razão que motivava Savimbi a utilizar no dia a dia a língua *Ovimbundo* nas terras onde essa etnia era a da maioria da população?

Inegavelmente, os traços culturais compartilhados como a língua são motivadores do sentimento de pertencimento dos seus membros a uma comunidade, são vitais para a constituição do nacionalismo. Guibernau (1997) diz que para o nacionalismo ganhar contornos de nação, é necessário que coexistam cultura, sentimento de pertencimento a uma comunidade e demarcação territorial, somados a uma história comum e à exigência de se governar. Como sintetiza Weber (2004, p. 525), “o Estado é aquela comunidade humana que, dentro de determinado território [...] reclama para si o monopólio da coação física legítima”. Nação e Estado devem, portanto, coincidir para que exista uma comunidade política.

A cultura da etnia *Kimbundo* não coincide com os limites do território angolano. Logo, se a política do MPLA estava circunscrita à etnia *Kimbundo*, tendo esse partido o monopólio da força do Estado, para que o binômio Nação-Estado seja bem-sucedido, seria necessário, segundo Guibernau (1997), aniquilar as culturas das minorias nacionais e as integrar à cultura dominante, identificando, pois, o antagonismo extremo e a necessidade da construção de uma hegemonia cultural.

Devido ao estado de guerra civil persistente desde a independência, o MPLA não teve condições de difundir a cultura que defendia. Por seu tento, se o Estado deixa de assimilar as minorias, essas passam a vê-lo como algo estranho, como “usurpador” desenvolvendo contra-estratégias para rejeitar os esforços no sentido de homogeneizar a cultura nacional (Guibernau, 1997). A contra-estratégia escolhida pela UNITA foi a da luta armada.

Há um, porém: a UNITA representava à época a etnia mais numerosa do país, a *Ovimbundo*. Essa etnia ocupava e ainda ocupa territórios do planalto angolano especialmente nas regiões Bié e Huíla, com grandes contingentes populacionais nas regiões do Sul e de Moxico. Nessas regiões existem reservas de diamantes, o que mantinha a sustentabilidade da guerra civil nos territórios coordenados pela UNITA. Então, por que a UNITA nunca reivindicou o desmembramento desse território do Estado de Angola?

Ovimbundos e Kimbundos comungam de quase cinco séculos de história comum e de resistência à colonização portuguesa. As diferenças culturais entre as etnias são pequenas e tornaram-se menores com a integração entre elas: compartilham a mesma idéia de comunidade política imaginada. Publicamente, MPLA, UNITA e FNLA negavam a

vinculação dos partidos com a questão étnica e a nacionalidade que defendiam era a angolana. O que leva a uma última inferência, que é a da luta pela hegemonia política combinada à sustentabilidade desta pelo controle das riquezas nacionais: petróleo no litoral e diamantes no planalto, principalmente.

Cooke (2002), na resenha sobre a obra de Tony Hodge²⁴ *Angola: from Afro-Stalinism to Petro-Diamond Capitalism*, coloca a disputa pelas maiores riquezas nacionais – petróleo e diamantes – como fator maior de motivação para a manutenção da guerra civil desde a independência.

Durante o período que se seguiu à independência de Angola, os EUA imediatamente apoiaram as iniciativas da UNITA (Santos, 2001). Contudo, a rejeição estadunidense em relação ao governo do MPLA foi enfraquecendo com o tempo (Cooke, 2002).

As aproximações dos EUA com o governo angolano começaram na segunda metade dos anos de 1980. A primeira delas foi motivada pelas iniciativas políticas ativas do governo angolano junto às nações africanas para queda do Regime de *Apartheid* na África do Sul. Nesse processo, o governo angolano do MPLA, com participação direta do seu presidente José Eduardo Santos, contribuiu decisivamente, apoiando a *African National Congress* (ANC) – movimento que tinha a participação do SACP²⁵ e que fazia oposição ao regime do *Apartheid* na África do Sul.

A primeira vitória do governo de Angola nessa direção ocorreu em março de 1988, quando as Forças Armadas angolanas, em conjunto com o exército cubano, impuseram a derrota ao exército sul africano na Batalha de *Cuito Cunavale*, no Sul do seu território: episódio que pôs fim a aproximadamente 14 anos de ocupação sul africana na região. Com intermediação dos EUA, em dezembro do mesmo ano foi assinado na ONU o acordo de paz entre Angola e África do Sul, que implicava, dentre outros termos, na retirada do exército cubano da África e no reconhecimento da independência da Namíbia.

A segunda vitória decorreu da primeira. Com grande apoio mundial, Angola foi protagonista da libertação, em fevereiro de 1990, de Nelson Mandela – líder do ANC – que era mantido como prisioneiro na África do Sul desde 1964. Mandela, três meses após sua

²⁴ HODGES, Tony. *Angola: from Afro-Stalinism to petro-diamond capitalism*. Indiana: Indiana University Press, 2001.

²⁵ SACP – *South African Communist Party*

liberdade, vai a Angola como gesto de agradecimento pela contribuição daquele país ao fim do regime do *Apartheid* (African National Congress/ORG²⁶).

A segunda aproximação com os EUA foi da ordem política mundial. Com o fim do Pacto de Varsóvia, em 1991, após a seqüência de quedas dos regimes comunistas no Leste Europeu e o fim da Guerra Fria, no final da década de 1980, o posicionamento estratégico do governo angolano do MPLA no cenário político mundial, no tocante ao alinhamento com o bloco socialista, deixa de ser empecilho para o estabelecimento de relações. O MPLA, de ameaça africana aos interesses estadunidenses na região, passa a ser um candidato potencial a aliado. Como consequência, o final dos anos de 1980 para a política estadunidense voltada a Angola caracterizou-se como de “jogo duplo”: no discurso o governo dos EUA manifestava apoio às ações da UNITA, mas nos fatos, na diplomacia, mantinha relações com o governo do MPLA (Santos, 2001).

A terceira proximidade foi de ordem econômica. No final da década de 1980 e início da seguinte, a exploração de petróleo em Angola começa a trazer divisas para o país. Os resultados da SONANGOL – estatal do petróleo Angolano – começam a interessar a comunidade político-econômica mundial, incluindo os EUA (Cooke, 2002).

A UNITA, desgastada pelas relações que manteve com o regime de *Apartheid* da África do Sul e isolada pela cessação do apoio estadunidense às suas ações após o fim da Guerra Fria, começa conversações de paz com o governo do presidente Santos de Angola. O pacto de pacificação foi chancelado em maio de 1991, com intermediação de Portugal, pelos Acordos de Bicesse. No conteúdo deste acordo, constava o cessar-fogo, a incorporação das forças beligerantes às Forças Armadas Angolanas e a marcação de eleições livres para o ano seguinte, sob supervisão das Nações Unidas e das forças de paz da ONU (Malaquias, 2002).

As eleições aconteceram no dia 29 e 30 de setembro de 1992. Nelas o MPLA ganha a maioria parlamentar com 53,7% dos votos contra 34,1% da UNITA. Na eleição presidencial, Santos vence Savimbi por 49,7% a 40,1% dos votos. Imediatamente após a promulgação dos resultados, reconhecidos como justos pelos observadores internacionais e pelas Nações Unidas, a UNITA os declarou fraudulentos. Ao invés da paz As eleições, , recrudesceram a guerra.

²⁶ Capturado da Internet em 29 de julho de 2008.

Imediatamente, as forças da UNITA se articularam pelo país, e no dia 30 de outubro iniciaram a luta pelo controle de Luanda. Após vários dias de combate e muitas baixas de oficiais da UNITA, incluindo a do seu vice-presidente Jeremias Chitunda, as Forças Armadas Angolanas, dirigidas pelo MPLA, mantiveram o controle da capital Luanda (Malaquias, 2002).

No segundo período de beligerância civil, que iniciou após as eleições de 1992, a relação entre o uso das divisas do petróleo para financiar as Forças Armadas Angolanas, e do contrabando de diamantes para sustentar a UNITA, tornaram-se manifestas. Nesse período, porém, principalmente após o Acordo de Lusaka²⁷, Savimbi perde o restante do crédito internacional que ainda mantinha (Cooke, 2001).

Por meio do acordo de Lusaka, tropas de paz da ONU monitoraram o desarmamento das guerrilhas, incluindo o dos insurgentes em Cabinda. Em abril de 1997, toma posse o governo de Unidade e Reconciliação Nacional, que incluía o MPLA e a UNITA. As forças de paz cumpriram seu papel, tendo desarmado 81% dos soldados da UNITA e as forças paramilitares ligadas ao MPLA, sendo que esses indivíduos passariam a ser incorporados às Forças Armadas angolanas. Savimbi, porém, se entrincheirou e manteve as ações de guerrilha (Malaquias, 2002; Renner, 2005).

A paz em Angola só chegaria, de fato, em fevereiro de 2002, após a morte em combate de Savimbi na província de Moxico em enfrentamento contra as Forças Armadas angolanas. A paz entre UNITA e o governo do MPLA foi chancelada em abril do mesmo ano (2002).

CONSEQUÊNCIAS E CONCLUSÕES

Ao longo desse trabalho, foram revisitadas as origens culturais do nacionalismo angolano. Inicialmente, com as lutas de resistência dos povos africanos ao colonialismo português e, num segundo momento, a partir da formação da burguesia local, do surgimento da imprensa e, com ela, da possibilidade de os angolanos imaginarem uma comunidade política, na qual pudessem se sentir incluídos, mesmo que ainda não reivindicando a independência da Metrópole. O terceiro momento foi o de afirmação de uma proposta nacionalista, no período pós-Segunda Guerra Mundial, com um caráter de liberdade nacional,

²⁷ Acordo de Lusaka – em novembro de 1994, o MPLA e a UNITA assinam novo acordo de paz, em Lusaka, Zâmbia. Para monitorar a desmobilização de tropas e ajudar na transição, o Conselho de Segurança da ONU aprova a Resolução 976, que cria a 3ª Missão de Observação do Processo de Paz (Consiliation Resources, 1994).

que se encaminhou para um longo período de luta pela independência, consolidada somente em 1975. Por fim, o da luta interna pela hegemonia política no país que se estendeu até 2002, na qual o MPLA prevaleceu como ideia de partido-nação.

Há que se considerar, todavia, a existência de um campo social em Angola que, embora só assuma a forma da sociedade civil a partir dos anos 1990, se revela através da resistência à opressão nos períodos colonial e pós-colonial, bem como através de estratégias de sobrevivência econômica, da construção e afirmação de culturas e da busca pela solidariedade.

Nelson Pestana (2003) afirma que:

Para os actores da sociedade civil angolana que se esforçam pela construção de uma identidade e de uma legitimidade, a sociedade civil caracteriza-se sobretudo pela sua independência em relação ao poder e pela sua participação na gestão da coisa pública sem visar alcançar o poder político, ou seja, pela sua capacidade de dar corpo a uma cidadania activa, num quadro de democracia participativa cuja expressão espiritual é a comunidade ética republicana e o substrato material, o desenvolvimento sustentado. Nesse sentido Maria da Imaculada Melo, presidente da ACA, defende que 'a característica intrínseca da sociedade civil é o discurso moral que, no caso angolano, toma aspecto particular, na medida em que a corrupção é endêmica'. Na sua opinião, a 'sociedade civil não tem que ser força da oposição, mas procurar as melhores parcerias (incluindo o partido no poder) desde que tragam a mudança, isto é desenvolvimento, melhorias das condições de vida das populações' (PESTANA, 2003, p. 24).

Para além dos costumes dos povos de Angola, um traço perpassa a história desse país e, em certa medida, parece incorporado à cultura nacional: a hostilidade. No último período, esse traço se manifestou como beligerância entre o governo do MPLA e a oposição da UNITA, transformada na guerra civil que durou 27 anos.

Como explicação para o nível de hostilidades que os dois partidos – MPLA e UNITA – nutriram entre si, estão razões político-ideológicas de cunho internacional, diferenças étnicas e interesses econômicos divergentes quanto à gestão das riquezas do país. Guerra civil que teve como consequência a destruição da infraestrutura do país, a longa estagnação econômica, a fome e a miséria da maioria esmagadora da população.

Os números são controversos, mas ao longo dos 27 anos, aproximadamente 1 milhão de pessoas foram mortas ou mutiladas. Grande parte delas, pelas minas terrestres instaladas pelos dois exércitos antagônicos. Estimam-se, segundo órgãos de ajuda humanitária que agem em Angola, que em 2005 existiam 80 mil homens, mulheres, velhos e crianças mutilados

pelas minas. Imediatamente após a paz, algo em torno de 1,5 milhões de pessoas dependiam de ajuda humanitária para se alimentarem, e 500 mil angolanos estavam refugiados em países vizinhos, e 4 milhões deslocados. No Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD, Angola ocupava, em 2004, a 166ª posição entre 175 países pesquisados. A expectativa de vida era de 40 anos de idade; 70% da população vivia em condições de pobreza. Imensas áreas agriculturáveis ainda estavam inacessíveis devido à presença de minas terrestres e mais dez anos seriam necessários para desativá-las (Bustelo, 2005).

Conforme Abreu (2002), em Angola, o final da guerra representou a transposição de um grande obstáculo ao desenvolvimento, seja através de seus efeitos diretos (dispêndio de recursos humanos, financeiros e materiais e as consequências para o tecido social e para a economia) ou indiretos (oportunizando campo fértil para a corrupção, a incompetência, no governo, e a apatia social).

Em termos práticos, a população angolana cresceu mesmo durante o período da guerra-civil. Em 1975, Angola tinha aproximadamente 6 milhões de habitantes segundo Agadjanian e Prata (2002). Após 27 anos, em 2002, a população tinha quase triplicado – 17,5 milhões aproximadamente; em 2022 a população estimada era de 35,5 milhões. A taxa anual de crescimento populacional desde 2002 ficou sempre acima de 3%, parte porque houve incrementos na expectativa de vida que foi de 47,3 anos (2002) para 61,6 (2021); e, parte, pela redução da taxa de mortalidade infantil: 192 a cada mil nascimentos (2002); 69,4 (2021) (World Bank, 2024).

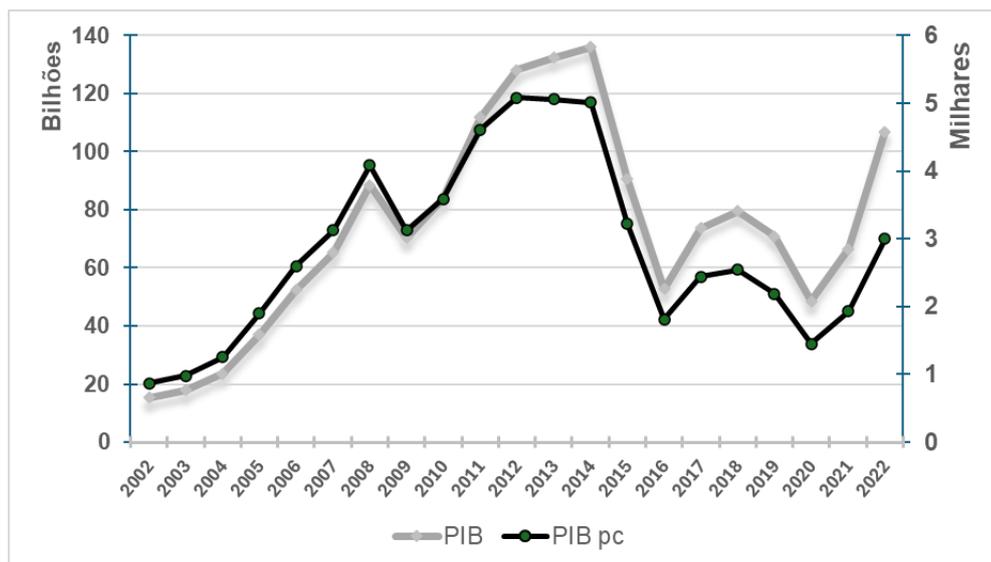
Passados 20 anos desde a pacificação, Angola economicamente se desenvolveu, mesmo com percalços sofridos nos anos pós-2014 com a queda na cotação internacional do petróleo²⁸. Seu PIB anual que em 2002 estava na faixa de US\$ 15,3 bilhões, chegou a quase US\$ 135 bilhões em 2014; baixou para US\$ 48,5 bilhões em 2020 durante a pandemia da Covid-19. Em 2022 a economia angolana apresentou sinais de recuperação com um PIB anual atingindo o montante de US\$ 106,8: oitava maior economia africana.

A curva da taxa de crescimento da renda da população, segundo dados do PIB per capita, não acompanhou a inclinação do crescimento do PIB angolano entre 2002 e 2022, foi menor. O PIB per capita em 2002 era de US\$ 872. Nos melhores anos da economia angolana,

²⁸ Angola rivaliza com a Nigéria e com a Líbia na liderança de maior produtor diário de barris de petróleo bruto no continente africano. Em 2022 a produção ficou na faixa de 1,1 milhões de barris de petróleo diário, mas nos anos de 2007 a 2016 a produção diária ficou sempre acima de 1,7 milhões de barris por dia, ficando acima de 1,9 milhões nos anos de 2008 e 2010.

ultrapassou o montante de US\$ 5 mil (2012, 2013 e 2014); na pandemia baixou para faixa de US\$ 1450 (2020), mas cresceu razoavelmente em 2022, US\$ 3 mil (World Bank, 2024). A figura 2 resume a variação do PIB e do PIB per capita em Angola desde a pacificação.

Figura 02 - Variação do PIB e do PIB per capita (2002-2022).



Fonte: Elaborado pelos autores, base dados World Bank (2024).

Já o desenvolvimento humano melhorou após a pacificação de Angola. O IDH atingiu um nível médio de 0,586 (2021), saindo de uma base baixa de 0,377 em 2004 (UNDP, 2024). A desigualdade, pelo contrário, aumentou. O índice GINI que em 2008 era de 42,7 cresceu para 51,3 dez anos depois (2018: indicativo de que a renda angolana seguiu uma trajetória de concentração (World Bank, 2024).

O ciclo de presidência de José Eduardo dos Santos se encerrou em setembro de 2017. Também do MPLA, seu sucessor João Manuel Gonçalves Lourenço tem exercido a Presidência da República de Angola desde então. Sob a hegemonia do MPLA, existe um ambiente de aparente estabilidade institucional. Entretanto, isso não basta para a internalização nos cidadãos de sentimentos de consciência nacional.

Os desafios que se impõem à sociedade civil angolana ainda são enormes, principalmente na ordem de institucionalização de um regime democrático. Uma importante ferramenta nesse sentido é a da valorização da cultura local, especialmente a partir de

políticas públicas que respeitem e reconheçam as diferenças da sua sociedade, e aproximem governo e cidadania como peças indissociáveis da comunidade imaginada angolana.

A melhoria das condições de vida, o incremento do desenvolvimento humano e o combate à pobreza são problemas estruturais intrínsecos e urgentes que precisam pautar a agenda de Angola. Há um longo caminho a ser percorrido, o que exige capacidade de trabalho conjunto entre governo e sociedade civil. Faz-se necessário superar traumas e constrangimentos do passado, os quais devem ser substituídos por diálogo, participação e respeito à diversidade.

A pergunta que fica para o próximo período é: Será a nação angolana e seus dirigentes capazes de superar as hostilidades e cooperarem num projeto de futuro para o país?

REFERÊNCIAS

ABREU, Cesaltina - **A África Austral e a Globalização**. Luanda: Repro, 2002.

AFRICAN NATINAL CONGRESS. Historical documents In: **AFRICAN NATINAL CONGRESS**. Disponível em: http://www.anc.org.za/show.php?doc=ancdocs/history/transition/new_york88.html. Último acesso: 29 jul. 2008.

AGADJANIAN, Vítor; PRATA, Ndola. War, Peace, and Fertility In Angola. **Demography**, Silver Spring, vol. 39, n. 2, mai. de 2002, p. 215 – 231.

AGOSTINHO, Feliciano P. **Guerra em Angola** – as heranças da luta de libertação e a guerra civil. 2011. 78 p. Trabalho de Investigação Aplicada (Mestrado em Ciências Militares – Especialidade de Cavalaria) Direcção de Ensino, Academia Militar, Lisboa, set. 2011.

ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia da Letras, 2008.

ANDERSON, Benedict R. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

ANGOLA. **Portal Oficial Governo de Angola** [2024]. Disponível em: <https://governo.gov.ao/>. Último acesso: 14 fev. 2024.

BUSTELO, Mabel Gonzales. Angola: o desafio da reconstrução In: **Worldwatch Institute**. Estados do Mundo. Salvador: UmaEd, 2005, p. 156 – 157.

CENTRO DE ESTUDOS ANGOLANOS. **História de Angola**. Porto: Afrontamento, 1965.

CONSILIATION RESOURCES. Protocolo de Lusaka (1994). In: CONSILIATION RESOURCES. Disponível em: <http://www.c-r.org/our-work/accord/angola/portuguese/protocolo-lusaka.php> . Acesso em: 29 de jun. 2008.

COOKE, Jeniffer G. Angola's Agony. **SAIS Review**, vol. XXII, n. 1, winter-spring, 2002, p. 235 – 239.

FILOMENA, César Luciano; CHERON, Cibele. **III Seminário Internacional Organizações e sociedades: Inovações e transformações contemporâneas. Do antagonismo ao extremo – Luta pela libertação colonial e guerra civil em Angola.** Porto Alegre, 11 a 14 de Novembro de 2008.

FREUDENTHAL, Aida. Voz de Angola em tempo de ultimato. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, Ano 23, n. 1, 2001, p. 145 – 169.

GELLNER, Ernest. **Nação e nacionalismo.** Lisboa: Gradiva, 1993.

GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismo: o Estado nacional e o nacionalismo no século XX.** Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

HEYWOOD, Linda. **Contested Power in Angola: 1840s to the present.** Rochester: University of Rochester Press, 2000.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004.

MALAQUIAS, Assis. Peace operations in Africa: preserving the brittle state? **Journal of International Affairs**, New York, vol. 55, n. 2, spring 2002, p. 415 – 440.

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola. **MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA.** Disponível em: <https://mpla.ao> . Último acesso: 14 fev. 2024.

PAREDES, Margarida. A História de Luta de Maria Henriqueta Miguel Pedro na FNLA, Frente Nacional de Libertação de Angola, **Cadernos de Estudos Africanos [Online]**, n. 43, 2022. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cea/7198> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/cea.7198>. Último acesso: 14 fev. 2022.

PESTANA, Nelson. As dinâmicas da sociedade civil em Angola. **Centro de Estudos Africanos, Ocasional Papers Series**, mai. 2003. Disponível em https://www.academia.edu/69601023/As_Din%C3%A2micas_da_Sociedade_Civil_em_Angola?hb-sb-sw=96200756 .Último acesso: 14 fev. 2024.

PINHEIRO, Alves. **Angola: terra e sangue de Portugal.** Rio de Janeiro: Jozon, 1961.

PINHEIRO, Leticia. “Ao vencedor, as batatas”: o reconhecimento da independência de Angola. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 39, jan.-jun. 2007, p. 1 – 45.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Teorias da democracia: diferenças e identidades na contemporaneidade.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

RENNER, Michael. Desarmando as sociedades pós-guerra In: **WORLDWATCH INSTITUTE**. Estados do Mundo. Salvador: Uma Ed, 2005, p. 140 – 180.

SANTOS, Daniel dos. Economia, democracia e justiça em Angola: o efêmero e o permanente. **Estudos Afro-Asiáticos**, ano 23, n. 1, 2001, p. 99-133.

TSOUPRA, A.; CLIST, B.; da CONCEIÇÃO LOPES, M. et al. A multi-analytical characterization of fourteenth to eighteenth century pottery from the Kongo kingdom, Central Africa. **Sci Rep** vol. 12, 9943, jun. 2022, p. 1-18. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41598-022-14089-x> . Último acesso: 14 fev. 2024.

UNDP – United Nations Development Programme. **Human Development Index (HDI) [2024]**. Disponível em: <https://hdr.undp.org/data-center/human-development-index#/indicies/HDI> . Último acesso: 14 fev. 2024.

UNITA – União Nacional para Libertação De Angola. **UNITA Angola [2024]**. Disponível em: <http://www.unitaangola.org/PT/> . Último acesso: 14 fev. de 2024.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, DF: Editora UNB: São Paulo: Imprensa Oficial, v. 2, 2004.

WORLD BANK. **Databank [2024]**. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/home.aspx> . Último acesso: 14 fev. 2024.